

Publicado Dívidas dos estados: relator sugere mudanças no projeto

Propostas do senador Bezerra têm o aval dos governadores

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) toma café da manhã hoje com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para discutir o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, criado há uma semana. Bezerra considera o programa insuficiente e quer mudar quatro pontos, alterando-o substancialmente.

Bezerra quer fixar em 72 meses, mais um ano de carência, o prazo mínimo para o pagamento dos novos empréstimos que serão concedidos aos estados. Pelo programa, o prazo máximo é de 36 meses. O senador quer também que a taxa de

juro seja calculada pela Taxa Referencial Básica (TR) mais 0,5% ao mês. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou que o custo médio de captação da Caixa Econômica Federal, mais 0,5% ao mês, será a taxa dos empréstimos.

O senador tem ainda duas outras propostas, formuladas com o aval dos governadores. O montante de recursos liberados deveria ser suficiente para "zerar" os débitos estaduais com folhas de pagamento e com as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO). Por último, Bezerra quer que as instituições financeiras federais sejam obrigadas a refinaranciar as ARO.

Se não conseguir nego-

ciar as alterações, Bezerra ameaça apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal seu parecer propondo reduzir de 11 para 7% o limite máximo de comprometimento das receitas estaduais com o pagamento de dívidas com a União. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), responsável por marcar a data de votação do parecer de Bezerra, também participa do café da manhã.

O programa aprovado pelo CMN prevê que cada governador pode receber um empréstimo equivalente a uma cota do Fundo de Participação dos Estados para pagar as dívidas atrasadas. Esse valor, entretanto, não pode comprometer

mais de 4% das receitas estaduais com o pagamento do empréstimo.

A proibição é o ponto mais criticado por Bezerra, para quem esse limite impede os estados de receberem os recursos necessários para pôr as contas em dia. Com o alongamento do prazo de pagamento, os governadores receberiam mais dinheiro, mesmo que só possam comprometer 4% das receitas.

Com relação às ARO, o CMN permitiu que elas sejam renovadas junto aos bancos, sem obrigar as instituições a aceitarem a renegociação. Outra opção prevista pelo programa é transformar as ARO em dívida fundada com prazo de 24 meses.